



informativo SINFAC-SP

SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO



O QUE ESPERAR?

Mercado analisa oportunidades e desafios para o fomento comercial no segundo mandato de Dilma Rousseff

Página 4

TRABALHO
ASSÉDIO DO CRA SOFRE
DERROTA NO SUPREMO
Página 5

CONFRATERNIZAÇÃO
FACTORING COMEMORA
ANO VITORIOSO
Paginas 6 e 7

O ano da consolidação



Após um 2014 bastante difícil, porém memorável para o nosso setor, em especial pela inclusão do artigo 73-A no Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa, o novo ano promete turbulências para os empreendedores de uma forma geral.

É senso comum que os próximos 12 meses serão decisivos para a economia brasileira, face ao evidente processo de estagnação vivido por segmentos como a indústria, onde o ritmo de produção

tem diminuído e as demissões aumentado em proporção semelhante.

Ao mesmo tempo, o crédito bancário continua encolhendo, com as instituições financeiras restringindo ainda mais as já minguadas linhas de financiamento à disposição das pessoas jurídicas, além de elevar suas taxas de juros, na esteira da tendência desencadeada pela alta da SELIC.

Do lado do fomento comercial, todavia, tudo indica que diversas oportunidades se abrirão, especialmente no tocante ao giro de caixa das micro e pequenas empresas. Teremos, portanto, mais uma chance de mostrar nosso inegável papel social, ao movimentar empreendimentos Brasil afora e, com isso, reforçar o perfil de sólida alternativa para mitigar a escassez de recursos.

Também começamos 2015 com uma excelente perspectiva no campo jurídico, pois recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça refutou autuações indevidas contra factorings impetradas pelo Conselho Regional de Administração (CRA). Conforme abordado nesta edição, novos processos do gênero designados à 1ª Turma do STJ tendem a ter igual desfecho, já que o entendimento foi unificado.

Mas precisamos nos manter alertas contra outras ameaças recorrentes e igualmente capazes de enfraquecer o segmento. É o caso, por exemplo, de toda e qualquer interferência ao correto recolhimento da Contribuição Sindical, assunto igualmente tratado neste informativo.

Associadas ou não, recomendamos às factorings redobrar a atenção contra golpistas que enviam falsos boletos, desvirtuando assim o cumprimento de uma obrigação legal cuja inobservância está sujeita a sanções.

Tão grave quanto acumular esse passivo junto ao Ministério do Trabalho é ficar tolhido de participar da forma mais elementar possível de tudo aquilo que a representação sindical legítima e atuante é capaz de proporcionar. No caso do factoring, também a todos os agentes econômicos que dele se beneficiam, sobretudo em momentos delicados como o atualmente vivido pelo Brasil.

Boa leitura a todos!

Hamilton de Brito Junior, presidente do SINFAC-SP

HAMILTON DE BRITO JUNIOR
Presidente

MARCUS JAIR GARUTTI
1º Vice-Presidente

MARCOS LIBANORE CALDEIRA
2º Vice-Presidente

LUIZ FERNANDO DIAS LYCARIÃO DA TRINDADE
Diretor Secretário

MARIA ISABEL SALVIATI CAMARGO
Diretora Social e de Eventos

JOSÉ CARLOS FRANCISCO
Diretor de Relações com o Mercado

DIRETORIA SUPLENTE
Fernando A. Regadas Junior
Marcio Lima Gonçalves
Pio Daniele
Robinson Carneiro Cerqueira Leite

CONSELHO FISCAL
Gustavo Alberto Colombi Camargo
José Bonfim Cardoso Jaffe
Valdir Gomes da Silva

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Everaldo Moreira
Doriana Pieri Bento

SINFAC-SP
Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil –
Factoring do Estado de São Paulo
Rua Líbero Badaró, 425 - conj. 183
01009-000 - São Paulo (SP)
Tel: (11) 3105-0615
www.sinfac-sp.com.br • sinfacsp@sinfac-sp.com.br

EXPEDIENTE

CRISTINA ENGELS RODRIGUES
Gerente Administrativo Financeiro

PRODUÇÃO EDITORIAL
Reperkut Comunicação S/S
(11) 4063-7928
atendimento@reperkut.com.br • www.reperkut.com.br
Jornalista Responsável: Wagner Fonseca (MTb 15.155-SP)
Redatores: Fábio Guedes e Luciano Guimarães
Repórter: Paulo Fernando Costa

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Acará Estúdio Gráfico
(11) 3803-8612
contato@acara.com.br • www.acara.com.br

IMPRESSÃO: LIP Gráficas

TIRAGEM: 3.300 exemplares

Que venha 2015

Seriedade, transparência e equipe afinada mantêm New Progress otimista, mesmo diante dos muitos desafios previstos para o novo ano

As dificuldades atualmente previstas para a economia brasileira não assustam essa factoring paulistana, até mesmo pelo papel histórico de momentos assim na consolidação de sua respeitável carteira de clientes, primordialmente angariada no setor industrial.

Mesmo recuperadas financeiramente, muitas dessas empresas retornaram quando necessário, uma tendência que Augusto Sabadin acredita se repetir agora, conforme indica a experiência acumulada por ele e seus sócios.

A conquista de tal credibilidade o empresário atribui, em grande parte, a valores como seriedade e transparência, os mesmos cultivados com afinco no seu primeiro e único emprego, um banco onde começou como contínuo e se aposentou, três décadas depois, no cargo de diretor comercial.

No entanto, Sabadin reconhece que nada teria conseguido sozinho, principalmente à frente do seu próprio negócio. “A maioria dos nossos funcionários está conosco desde o início, uma equipe coesa, profissional, comprometida e que, realmente, veste a camisa. É o nosso grande capital, sem dúvida”.

SINFAC-SP: Na qualidade de factoring especializada em atender a indústria, de que forma sua empresa está vendo as atuais perspectivas deste importante segmento?

Sabadin: Infelizmente, a gente vê uma recessão a caminho, isso está patente. As empresas não têm pedidos em volume igual ao de um passado relativamente recente. Com isso, o faturamento despenca, enquanto o custo fixo permanece o mesmo.

SINFAC-SP: Essa realidade deve requerer algum comportamento especial por parte das factorings que atuam neste nicho?

Sabadin: Seletividade total. Eu acho que esse vai ser o mote de todos nós agora para 2015, porque ninguém sabe ao certo



Sabadin (2º da dir. para a esq.) e seu “grande capital”

como as coisas ficarão. A ordem é aceitar os controles em áreas como a aprovação de crédito, colocando sempre a qualidade acima da quantidade na hora de compor a carteira.

SINFAC-SP: De que forma a New Progress vem conciliando sua experiência de quase 18 anos no mercado à utilização de novas ferramentas para atuar num cenário tão delicado como este?

Sabadin: Estamos melhorando nossa informática com a implantação de recursos como a assinatura digital, por exemplo. Paralelamente, promovemos cada vez mais o aperfeiçoamento dos nossos funcionários, pois consideramos fundamental aqui eles compreenderem muito bem o que é factoring e a nossa razão de ser dentro deste mercado.

SINFAC-SP: E no factoring, de uma forma geral, qual seria o principal aspecto a aprimorar?

Sabadin: A comunicação entre as

empresas, com toda a certeza. Quando acontece uma fraude, um derrame de duplicatas frias, isso não é informado. O resultado é um número maior ainda de empresas atingidas pelo problema. Aqui nós fazemos questão de dar informações a respeito, e não vejo por que agir de forma diferente. O individualismo neste campo deveria ser substituído pela criação de uma central de riscos ou algo assim, contando com a importante participação das entidades representativas do nosso segmento.

SINFAC-SP: Por falar em representatividade setorial, como o senhor tem visto a atuação do nosso Sindicato?

Sabadin: Sem desmerecer as demais gestões, a atual mostra ser bastante agressiva, expansionista e motivada na busca dos seus objetivos, comportamentos que também motivam os associados. Eu, pessoalmente, me identifico muito com essa forma de atuação e passei a frequentar a entidade, algo que antes não fazia.

Com a palavra, nossos parceiros

A expectativas para 2015 de entidades que, historicamente, se unem ao SINFAC-SP por um melhor ambiente de negócios no Brasil

Mesmo com alguns dados oficiais ainda em aberto, indicadores divulgados até dezembro último confirmaram o que muitos haviam sentido na pele ao longo de 2014 praticamente inteiro: o ano, realmente, não foi dos melhores para a economia brasileira.

Além do PIB abaixo do esperado, tivemos o primeiro déficit na balança comercial em 14 anos, inflação mais de dois pontos percentuais acima do centro da meta e setores como a indústria encolhendo, ao invés de crescer.

Resultados preocupantes, sem dúvida, num período em que o governo federal gastou bem além do total arrecadado, tendo como pano de fundo Copa do Mundo, eleições e uma avalanche de escândalos liderada pelo rumoroso caso Petrobras.

A grande dúvida são os reflexos de todo esse cenário para o fomento comercial, onde as turbulências econômicas também podem significar novas oportunidades, conforme indica a tradição do mercado.

Para o presidente da ANFAC, por exemplo, mais uma vez não deve haver crise na área, embora uma melhoria geral da conjuntura, incluindo a imagem desfrutada pelo País lá fora, dependa muito da forma como a presidente Dilma Rousseff vá interagir com o seu ministério. “Se ela realmente prestigiar a nova equipe econômica, que possui nomes de credibilidade, teremos boas condições de iniciar uma reversão no quadro atual”, prevê Luiz Lemos Leite.

Já alguns aspectos específicos, como a escassez e o alto custo do crédito bancário, podem até beneficiar o setor. “Mas desde que sejamos muito cautelosos na seleção de nossos clientes e títulos, em função do esperado crescimento da inadimplência”, ressalva João Carlos Ribeiro, presidente do SINFAC-ES.

Seu colega do Sindicato de Alagoas/Sergipe, Nélber Jatobá de Almeida, acre-

dita que a busca por novos nichos de atuação também seja boa ideia no contexto atual, algo que ele tem visto bem de perto face à queda dos negócios no segmento sucroalcooleiro. “Pequenas indústrias, comércio e prestadoras de serviços têm sido alternativas interessantes em nossa região”, exemplifica.

O atual desequilíbrio nas contas do governo tem deixado vários segmentos em alerta com relação a outra ameaça recorrente: o provável aumento na já escorchantes carga tributária brasileira.

Parceira histórica do SINFAC-SP, a Central Brasileira de Serviços está entre as entidades visivelmente preocupadas com essa possibilidade. “Não podemos pagar, mais uma vez, pela incompetência no controle dos gastos públicos”, con-

testa o presidente da CEBRASSE, Paulo Lofreta, para quem a sociedade organizada precisa manter-se mobilizada contra isto.

Na mesma linha de raciocínio, o diretor da FECOMERCIO SP, Álvaro Mortari, defende que a carga tributária caia ao invés de sofrer novos arrochos, pois só assim as pequenas e médias empresas, que normalmente mais sofrem com o aumento de impostos, poderiam colaborar de fato para a recuperação da economia.

Paralelamente, ele reitera a necessidade de uma reforma abrangente nesta área visando a simplificação, “algo que depende de um consenso entre os estados, pois os problemas de São Paulo são muito diferentes dos de Rondônia, Acre e assim por diante”, pondera.



Lemos Leite, da ANFAC – factoring sem crise, apesar das muitas incertezas na economia



Nélber, do SINFAC-AL/SE – busca de novos nichos para compensar segmentos em baixa



Lofreta, da CEBRASSE – menos gastos públicos para evitar mais impostos



Mortari, da FECOMERCIO SP – reforma tributária continua imprescindível

Justiça abre importante precedente para o setor

STJ dispensa contratação obrigatória de administrador de empresas e fortalece defesa das factorings contra autuações do Conselho Regional de Administração

Decisão inédita da 1ª Turma do Supremo Tribunal de Justiça, publicada em 12 de novembro último, deu início a uma nova fase no contencioso envolvendo as entidades representativas do fomento comercial e os Conselhos Regionais de Administração.

Por meio do julgado EResp nº 1236002/ES, os magistrados entenderam que as empresas do setor não são obrigadas a contratar um administrador de empresas para atuar como profissional responsável.

Com isso, todo processo análogo que chegar àquela instância poderá ter igual veredito, uma vez que o entendimento foi unificado, conforme explica o consultor jurídico do SINFAC-SP, Alexandre Fuchs das Neves. “Certamente ganhamos mais força nesta causa, mas vale lembrar que o julgado não é vinculante, podendo ser aplicado a critério de cada julgador”, ressalva o advogado.

O grande passo dado agora, no entender do especialista, é o reconhecimento da Justiça de que a cessão de créditos constitui a essência do factoring, inexistindo serviços especializados na área a serem prestados exclusivamente por qualquer categoria profissional.

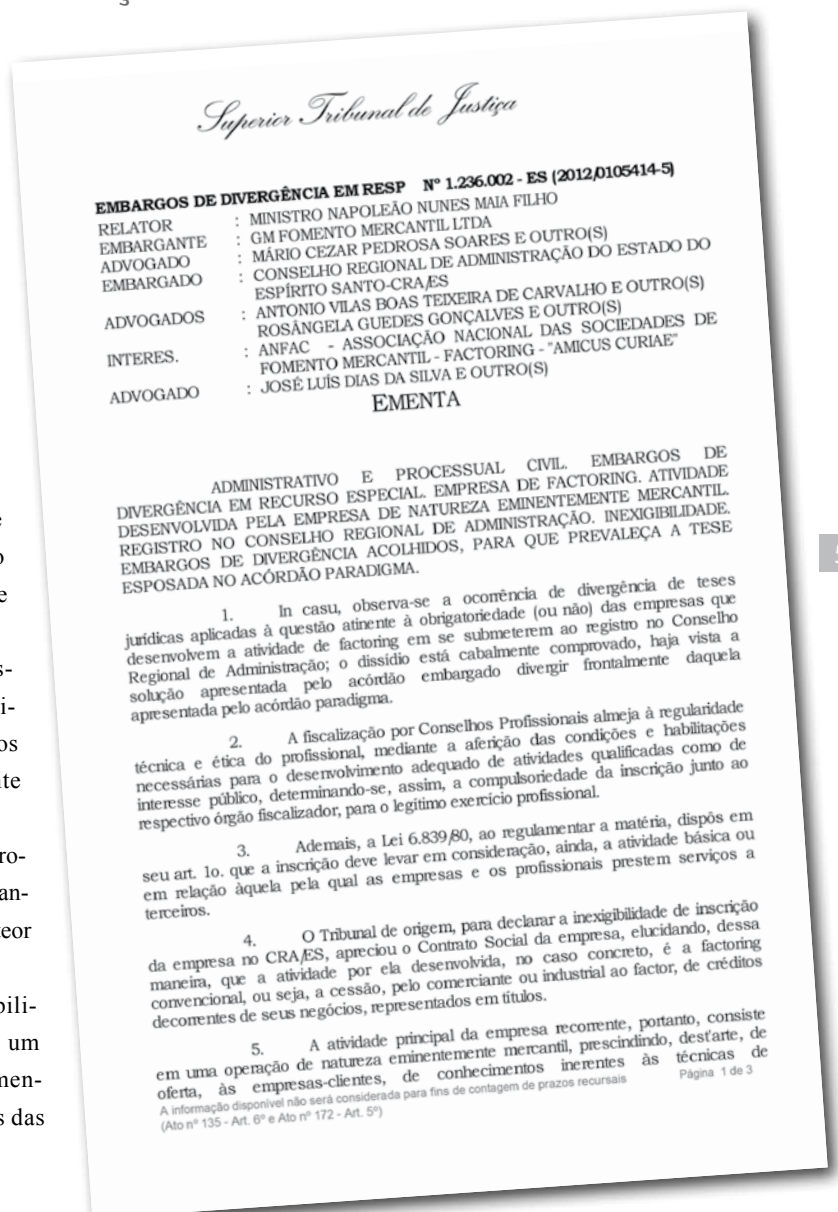
Essa tese, segundo ele, pode ser invocada desde já nos processos administrativos ou judiciais ainda sem sentença, bastando para isso que se requeira a juntada do julgado em seu teor integral.

Para facilitar tal providência, o SINFAC-SP disponibilizou a decisão judicial completa no seu site, assim como um modelo da petição a ser interposta nessa demanda, documento passível de ser adaptado pelos departamentos jurídicos das empresas interessadas.

LUTA CONJUNTA

“Além da pressão exercida pelo SINFAC-SP, que buscou inicialmente o diálogo com o Conselho Federal de Administração e o CRA, essa vitória também se deve ao trabalho do advogado Mário Cezar Pedrosa Soares, membro da Associação Brasileira dos Advogados das Empresas de Fomento Mercantil (ABAEF)”, avalia o consultor jurídico do Sindicato.

Igualmente decisiva, na visão de Fuchs, foi a atuação da ANFAC, que prestou assistência como parte interessada na cau-



sa, por ser uma entidade com a devida representatividade para se manifestar nos autos sobre questões de cunho constitucional.

“O SINFAC-SP continuará atuando com todo o vigor na esfera política, sem poupar esforços nas suas representações contra o CRA e, se necessário, o Conselho Federal de Administração, a fim de demovê-los de novas autuações, posto que agora ambas as entidades ficaram visivelmente mais enfraquecidas em suas teses”, conclui o presidente do Sindicato, Hamilton de Brito Junior.

Celebrando um ano de vitórias

Jantar reuniu lideranças empresariais, políticas e sindicais, além de marcar o anúncio de mais uma parceria importante para o setor

A inclusão do artigo 73-A no Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e a recente derrota imposta ao Conselho Regional de Administração (CRA) no Superior Tribunal de Justiça (STJ) estiveram entre os motivos para o clima de comemoração reinante em 3 dezembro, durante mais um jantar anual de confraternização do SINFAC-SP.

“Se na economia o desempenho do país em geral deixou a desejar, tivemos um ano pródigo em conquistas que, além de ratificar antigos anseios da nossa atividade, vão contribuir para torná-la cada vez mais conhecida”, sintetizou o presidente do SINFAC-SP, Hamilton de Brito Junior, ao abrir o encontro realizado no

Clube Esperia.

O ar festivo que já tomava conta do tradicional palco de eventos paulistano prosseguiria em seguida, com o anúncio de uma novidade para as factorings a partir de 2015. Por meio de convênio firmado com a Planvale, as empresas associadas ao SINFAC-SP poderão ampliar, a custos competitivos, os benefícios oferecidos aos seus colaboradores nas áreas de refeição e alimentação.

A primeira a oficializar sua adesão foi a Credere, empresa comandada pelo presidente do SINFAC-SP. O contrato foi assinado no próprio evento com o presidente da Planvale e da Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE), Paulo Lofreta.

HOMENAGENS

A deputada estadual Célia Leão, recém-eleita para seu sétimo mandato, foi uma das presenças ilustres do jantar. Em seu discurso, ela agradeceu aos empresários do fomento comercial pelo apoio recebido e colocou seu gabinete novamente à disposição para dar voz às reivindicações do setor.

“Essa atividade é a responsável por colocar ordem nas micros, pequenas e médias empresas. Lutou para se estabelecer em São Paulo e no restante do País, mesmo quando poucos acreditavam que isso seria possível. Ninguém disse que seria tarefa fácil, mas vocês mostraram que também não era impossível e hoje podem se orgu-



lhar de seu importante papel na sociedade brasileira”, enfatizou a deputada.

Ao final de sua fala, Célia Leão foi agraciada pelo presidente do SINFAC-SP e sua esposa, Mara Rosas de Brito, com um título de honra e buquê de flores, pelos serviços prestados à população paulista. “Minha família e grande parte da nossa classe contribuíram para seus mais de 100 mil votos. Sabemos que é uma amiga com quem sempre poderemos contar”, afirmou Hamilton.

O evento prosseguiu com o presidente da Associação Nacional de Fomento Comercial (ANFAC), Luiz Lemos Leite, conclamando os empresários do factoring a se unir ainda mais e lutar por novas conquistas.

“Por meio dessa união que vimos de-

monstrando nos últimos anos, temos conquistado grandes resultados. Que entremos em 2015 com o discernimento necessário para sairmos novamente vitoriosos, investindo cada vez mais na qualificação de nossas empresas”, propôs.

Para ele, nem mesmo o momento negativo vivido atualmente pela economia brasileira deve ser empecilho para o crescimento do fomento comercial nos próximos anos. “Para o factoring não há crise, pois sabemos como administrar nossos recursos. Vamos seguir cada vez mais batalhando pelo crescimento da nossa atividade, que hoje já é reconhecida por todos os segmentos”, arrematou o líder setorial.

Também marcaram presença no encon-

tro o diretor da FECOMERCIOSP Álvaro Ferreira Mortari, representando o presidente Abram Szajman; o diretor cultural do SINDCONT-SP, Geraldo Carlos Lima, além dos presidentes Luiz Napoleão da Silva Brito (Federação Brasileira de Fomento Mercantil – FEBRAF), Marcio Henrique Vincenti Aguilar (SINFAC-RS) e Nélber Jantobá de Almeida (SINFAC-AL/SE), Pedro de Paula Filho (SINFAC-PR), João Carlos Ribeiro (SINFAC-ES) e o conselheiro seccional da OAB-SP, Rui Augusto Martins.

O show de stand up dos comediantes João Valio e Fernando Strombeck divertiu o público durante o evento, que foi encerrado com a apresentação musical da banda Opera Soul.



Novo sistema de supervisão do COAF

Alexandre Fuchs das Neves



Alexandre Fuchs das Neves é advogado e consultor jurídico do SINFAC-SP – Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil Factoring do Estado de São Paulo

Com o advento da Resolução 21/2012, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) esperava que a drástica redução do volume de comunicações automáticas e o foco centrado na política do “conheça o seu cliente” levassem o setor a diminuir consideravelmente o número de informações prestadas e, por consequência, se elevasse a qualidade dos dados enviados ao órgão federal. Entretanto, ocorreu exatamente o contrário⁽¹⁾. Aumentou expressivamente o número de informações de qualidade inferior, isto é, pouco ou nada acrescentando de útil para uma investigação.

Em 2014, mais de 35% das informações prestadas foram relativas a pagamentos para terceiros. A partir deste dado ficou consolidado no “I Encontro Técnico com o Setor Factoring”, realizado em 12 de dezembro, em

Brasília, que não é preciso informar a cada operação o pagamento realizado para terceiros, em especial o próprio sócio, bastando fazê-lo uma única vez com todos os detalhes necessários, repetindo esta ação apenas quando houver novo fato significativo. Outro dado que aponta para o possível desconhecimento das regras é que, ainda com base nas informações prestadas em 2014, 25% delas (3.642) foram a respeito de pagamento ou recebimento de operação no valor de R\$ 50 mil ou superior. Já o segundo maior motivo de informações prestadas, estranhamente contrária prática recorrente no setor, onde os pagamentos em espécie, ainda mais dessa monta, são cada vez mais raros, tendendo (corretamente) a desaparecer.

O Sistema de Avaliação da Qualidade de Comunicações aferiu 2.243 informações prestadas pelo setor em 2014⁽²⁾. Dessas, 1.756 foram consideradas imprestáveis (não agregaram qualquer informação relevante) e somente três foram consideradas excelentes, atendendo a todos os requisitos. Trocando em miúdos, a avaliação do COAF é resultado da falta de treinamento de grande parte dos operadores de factoring.

Justamente por isso, o secretário-executivo do Conselho, Ricardo Lião, ministrou palestra no “XII Congresso Brasileiro de Fomento Comercial”, explicando a atuação daquele órgão na supervisão do nosso setor. Ele lembrou que, dentre as alterações realizadas na Lei nº 9.613/1998, somos obrigados a implementar políticas, processos e ferramentas compatíveis com o porte da empresa, especialmente treinamento constante, com o objetivo de prevenir e combater a lavagem de dinheiro.

Segundo dados do COAF, somente no estado de São Paulo o universo fiscalizável é de 3.176 empresas, das quais apenas 70% (2.225) estão devidamente cadastradas, o que motiva novos processos administrativos punitivos por lote, abrangendo o maior número das ainda omissas.

O COAF implementará um novo modelo de supervisão, chamado de Averiguação Eletrônica de Conformidade (AVEC), que tem por objetivo avaliar o nível de conformidade da empresa à norma aplicável, analisando:

- a) Cadastro da empresa no COAF
- b) Manutenção de cadastro de clientes e demais envolvidos
- c) Registro das operações
- d) Comunicações ao COAF
- e) Procedimentos e controles (política)
- f) Treinamento de pessoal em caráter contínuo

Assim, o novo modelo de supervisão daquele órgão, aplicável eletronicamente, será baseado em níveis de risco e na política do conheça o seu supervisionado, que compreenderá:

- a) Monitoramento de risco
- b) Fiscalização declaratória eletrônica
- c) Aplicação de medidas pedagógicas escalonáveis
- d) Otimização do processo administrativo punitivo
- e) Orientação e *feedback* eletrônico – comunicação direta com o supervisionado.

Interessante referir que, de todas as penalidades aplicadas ao setor, a maior multa atingiu R\$ 329.729,60 e apenas 52,8% das penas aplicadas relacionaram-se à ausência da prestação de informações. As demais apontam para falhas nas obrigações acessórias.

Fica, portanto, a orientação aos empresários: atender ao COAF não se restringe a prestar informações, mas transmiti-las com qualidade e transparência, sempre da melhor forma possível.

⁽¹⁾Fonte: <http://www.coaf.fazenda.gov.br/estatisticas/comunicacoes-recebidas-por-segmento>
2012 – 17.144 informações prestadas
2013 – 32.376
2014, até dezembro – 16.244

⁽²⁾Fonte: Relatório de Atividades 2013 (COAF)

O crucial papel da contabilidade, hoje e sempre

Marco Antonio Granado

Ciência que estuda o patrimônio das pessoas jurídicas e físicas, a contabilidade fornece um detalhamento minucioso e preciso desses dados econômicos, mesurando-os monetariamente, registrando-os e transformando-os em relatórios informativos. Desta maneira, será obtida a apuração dos valores existentes no ativo, no passivo, receitas, custos e despesas, apurando toda a rentabilidade do negócio existente.

Em vista das exigências dos órgãos públicos, tais como Receita Federal do Brasil, Secretarias de Fazenda estaduais e COAF, entre outros, a contabilidade se consolidou como ferramenta essencial para atender demandas como a Escrituração Fiscal Digital, que estão se tornando cada vez mais rígidas e complexas. Mais do que isso, esta ciência já transcendeu tal etapa e agora, globalizada pelas IFRS, se preocupa em inovar para o aprimoramento da qualidade das informações geradas pelos contribuintes.

Ainda hoje existem empresas que não possuem escrituração contábil nem balanço, e jamais mantiveram livros diário e razão.

Recentemente, apurei que 65% das empresas optantes pelo Lucro Presumido e pelo Simples Nacional, no Estado de São Paulo, não possuem escrituração contábil.

Não podemos esquecer que a escrituração contábil é obrigatória, independentemente do regime de tributação pelo qual a pessoa jurídica tenha optado.

A contabilidade precisa ser encarada de maneira diferente em relação a um passado não muito distante, pois está sendo cada vez mais importante para todos os segmentos de negócios, uma área realmente merecedora de atenção especial. Por isso, deve ser melhor explorada pelos empresá-

rios, visto que trabalhar com informações confiáveis e de qualidade traz diversas vantagens nas tomadas de decisão. Para que possamos administrar bem e melhor uma empresa, precisamos cada vez mais de informações, portanto, a contabilidade gera estes dados para o administrador, de forma organizada, de fácil compreensão, inclusive para atender a terceiros interessados, tais como fornecedores, instituições financeiras e autoridades tributárias.

A cada dia que passa, o contador se torna uma figura fundamental para as empresas, inclusive as factorings, uma vez que a complexidade da estrutura tributária nacional demanda por profissionais preparados para todas as mudanças promovidas nas legislações.

Com uma contabilidade em dia, bem organizada e estruturada, com dados confiáveis e verdadeiros, podemos até mesmo obter maior facilidade de acesso às linhas de crédito em bancos e fornecedores, além da apuração da verdadeira situação patrimonial da empresa, ajudando seus gestores a decidir de forma realmente estratégica.

O empresário precisa estar muito bem informado para conduzir sua empresa ao crescimento, portanto, a contabilidade é a sua principal ferramenta, uma facilitadora; o balanço sintético e analítico deve estar sempre em sua mesa de trabalho, pois ali estão detalhadas todas as informações necessárias para nortear suas ações.

Você, que administra sua sociedade de fomento comercial, conhece o balanço de sua empresa? Já leu seu livro diário contábil ou mesmo o livro razão contábil? Consultar e conhecer o andamento de sua contabilidade torna o empreendedor a figura protagonista na busca da qualidade profissional e do sucesso.



Marco Antonio Granado é empresário contábil, contador, bacharel em direito, pós-graduado em direito tributário e consultor tributário e contábil do SINFAC-SP – Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil Factoring do Estado de São Paulo

Todas as factorings devem recolher a Contribuição

As empresas também precisam ficar atentas em relação aos golpistas, que continuam enviando os conhecidos falsos boletos

P principal fonte de custeio de entidades como o SINFAC-SP, a Contribuição Sindical é fundamental para a manutenção do sistema confederativo e, por conseguinte, tornar mais fortes o governo, as empresas e os trabalhadores. De acordo com os arts. 578 e 589 da CLT, seus recursos são divididos entre o Ministério do Trabalho (20%), Confederação (5%), Federação (15%) e Sindicato (60%).

“É obrigatória a todos os integrantes da categoria representada pelos sindicatos, independentemente de filiação como associado. As verbas destinam-se a custear as atividades dos sindicatos de representação perante autoridades, órgãos públicos, conselhos e comissões, gastos com convênios, parcerias e obtenção de outros benefícios em favor da categoria”, explica a assessora jurídica da FECOMERCIOSP, Suelen Sanchez.

Embora o papel da Contribuição Sindical esteja bem definido, as empresas ainda são vítimas de uma série de sindicatos ilegais e associações “fantasmas”, que enviam anualmente boletos às empresas para confundi-las em relação ao recolhimento das contribuições obrigatórias.

“Isso geralmente ocorre no início do ano, na mesma época do recolhimento da Contribuição Sindical. Para confirmar se um sindicato é ou não legalizado, basta solicitar o número do Código Sindical da entidade e verificar sua regularidade na Superintendência Regional do Trabalho da localidade”, esclarece Suelen.

No site do Ministério do Trabalho (www.mte.gov.br) é possível consultar ferramenta de pesquisa de entidades sindicais regulares. Já no caso das associações, a regra é bem simples: não existe qual-



Suelen Sanchez, da FECOMERCIOSP: alerta contra “associações fantasmas”



Dr. Border: contrapartida inclui prestação de serviços à base representada pelo Sindicato

quer contribuição compulsória em favor das associações, exceto para aqueles que se associaram voluntariamente e de forma expressa.

“Não existe ‘associação automática’ e, portanto, todos os boletos enviados por essas associações podem ser desconsiderados por aqueles que não são sócios. A Contribuição Sindical é devida apenas às entidades sindicais legalizadas e representantes da categoria econômica específica da empresa. Na dúvida sobre qual entidade sindical é a legítima para receber os valores, deve-se proceder à pesquisa de enquadramento sindical”, ressalta a assessora jurídica da FECOMERCIOSP.

Segundo o assessor jurídico do SINFAC-SP, Ricardo Border, a par desta determinação legal, importa ao Sindicato a participação das empresas dos ramos representados nos cursos, eventos e demais atividades promovidas pela entida-

de, nas quais se permita a troca de informações e experiências.

“Nossa entidade sempre fez jus a esses recursos, pois traz em sua história a constante preocupação em atualizar e capacitar os profissionais da área por meio de cursos, congressos, uma operante consultoria jurídica, trabalhos e publicações especializadas, cumprindo fiel e fortemente sua representatividade”, complementa o presidente do SINFAC-SP, Hamilton de Brito Junior.

SERVIÇO

As empresas de fomento comercial e securitizadoras de crédito, associadas ou não à entidade, que não tenham recebido a Guia de Recolhimento devem entrar em contato com o Sindicato pelo telefone (11) 3105-0615 ou via e-mail cobranca@sinfac-sp.com.br.

SINFAC-SP reforça equipe em Eventos e Relacionamento

Novos colaboradores chegaram para estreitar relação da entidade com profissionais e empresários do factoring e da securitização

O administrador de empresas Sandro Santana, pós-graduado em organização de eventos, e a secretária executiva Danielle Ribeiro Jara incrementaram a equipe do SINFAC-SP. Ele é o novo coordenador de relacionamento da casa, enquanto ela assumiu a assistência comercial e de eventos.

O objetivo do trabalho de ambos os profissionais, contratados no segundo semestre de 2014, é estreitar o relacionamento com os empresários e profissionais do fomento comercial e trazer novos associados ao Sindicato, além de estabelecer parcerias com empresas que possam oferecer reais benefícios à base da entidade.

“Vamos elevar o número de eventos promovidos pelo SINFAC-SP em seu dia a dia na capital e no interior, como cursos,

palestras e treinamentos, além de reforçar a abrangência dos nossos tradicionais simpósios e encontros regionais”, garante Sandro Santana, ao falar sobre os planos de seu departamento para 2015.

“O pessoal do interior é muito receptivo às informações atualizadas acerca do setor e, por isso, queremos aumentar a atuação do Sindicato em todas as macrorregiões do estado de São Paulo, por meio de eventos formatados exclusivamente de acordo com os interesses e necessidades inerentes ao perfil desse público”, acrescenta.

“Há muitas sociedades novas no setor e que precisam da nossa orientação”, diz Danielle Jara, ressaltando o fato de o SINFAC-SP ser uma entidade que oferece muitas contrapartidas a seus associados, universo que inclui assessorias jurídica e

contábil, com excelente custo-benefício.

Segundo ela, a chegada da securitização à base do Sindicato também deve favorecer seu trabalho de prospecção de novos associados em 2015. “O SINFAC-SP sempre foi muito aberto ao diálogo e alinhado aos interesses dos segmentos representados, fato que facilita nosso trabalho”, avalia, elencando os diversos fatores favoráveis à sua rotina. “A gestão do Sindicato é muito aberta e transparente, há muitas empresas novas no setor e o factoring se encontra em excelente fase, uma vez que as firmas do segmento se profissionalizam cada vez mais”, completa.

“Enfim, o SINFAC-SP nos recebeu muito bem e, por isso, estamos totalmente integrados à sua equipe e em sintonia com os interesses do seu público”, arremata Sandro Santana.



Danielle e Sandro – áreas estratégicas em nova fase

Cursos e palestras – 1º trimestre

2015

■ **Janeiro:** dias 21, 22

■ **Fevereiro:** dias 3, 5, 10, 25

■ **Março:** dias 4, 5, 11, 17, 18

Data	Palestra/Curso	Horário	Docente	Local
21 de janeiro	Palestra Garantias na Operação de Fomento Comercial	9h às 13h	Alexandre Fuchs das Neves	Campinas
22 de janeiro	Palestra COAF – Novas Regras e Procedimentos – Treinamento Básico em PLD/FT	9h às 13h	Alexandre Fuchs das Neves	Sede SINFAC-SP
3 de fevereiro	Curso Análise e Concessão de Créditos para Pessoas Jurídicas – São Paulo	9h às 18h	Paulo Freire de Mello	Sede SINFAC-SP
5 de fevereiro	Palestra Securitização de Créditos e Recebíveis – Medida Provisória 656/2014	9h às 13h	Sideni Moratelli	Sede SINFAC-SP
10 de fevereiro	Palestra Prevenção a Fraudes	13h30 às 17h30	Alexandre Fuchs das Neves	Sede SINFAC-SP
25 de fevereiro	Curso Resolução 21 COAF e Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro	9h às 18h	Alexandre Fuchs das Neves	Sede SINFAC-SP
4 de março	Palestra Títulos de Crédito	9h às 13h	Alexandre Fuchs das Neves	Sede SINFAC-SP
5 de março	Palestra Duplicatas Virtuais e Nota Fiscal Eletrônica – CVM 531	9h às 13h	Alexandre Fuchs das Neves	Santos
11 de março	Curso Competitividade, Rentabilidade e Segurança dos Negócios nas Empresas de Fomento Mercantil e Securitização	9h às 18h	Ernani Desbesel	Sede SINFAC-SP
17 de março	Palestra Duplicatas Virtuais e Nota Fiscal Eletrônica – CVM 531	9h às 13h	Alexandre Fuchs das Neves	Sede SINFAC-SP
18 de março	Palestra Duplicatas Virtuais e Nota Fiscal Eletrônica – CVM 531	9h às 13h	Alexandre Fuchs das Neves	Ribeirão Preto

Para mais informações, acesse nosso site www.sinfac-sp.com.br, email: eventos@sinfac-sp.com.br ou telefone (11) 3105-0615.

Sede SINFAC-SP: R. Libero Badaró, 425 – conj. 183 – 18º andar – Centro – São Paulo

12

Operação Sacado FIDC | Factoring Reverso

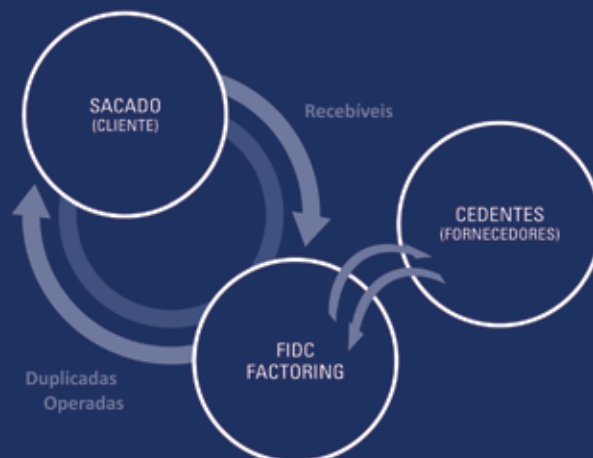


Operação de antecipação de recebíveis tipicamente realizada por uma empresa varejista, média ou grande, em parceria com instituições financeiras, com o objetivo de auxiliar seus fornecedores na obtenção de recursos à vista.

O **varejista**, que nessa operação chamamos de Sacado, oferece aos seus fornecedores, comumente através de um FIDC, os recebíveis oriundos do seu contas a pagar para antecipação.

O **fornecedor** (Cedente da Duplicata) seleciona os títulos no portal e solicita a cessão através do nosso portal, que caso aprovada resultará num TED diretamente na conta do fornecedor.

Para montar o seu próprio portal, entre em contato com a nossa área comercial.



www.rgbsys.com.br
contato@rgbsys.com.br

RIO DE JANEIRO
(21) 2203-0101

SÃO PAULO
(11) 3522-8106